

Ao Exmo. Sr

Nelson Barbosa

M.D. Ministro do Planejamento, Orçamento e Gestão

Prezado Senhor,

As entidades abaixo subscritas são membros do Fórum dos Servidores Públicos Federais, bloco que historicamente tem negociado com o governo federal a pauta geral do funcionalismo, protocolada, neste ano, no dia 06 de março. A primeira resposta do governo foi a reunião acontecida no dia 20/03, em que Vossa Excelência e o Sr. Secretário de Relações de Trabalho apresentaram a conjuntura econômica e as diretrizes de negociação para o funcionalismo federal no ano de 2015. Após a reunião, as entidades se reuniram e avaliaram as perspectivas apontadas pelo governo.

O Fórum dos Servidores Públicos Federais apresenta, abaixo, seu posicionamento oficial.

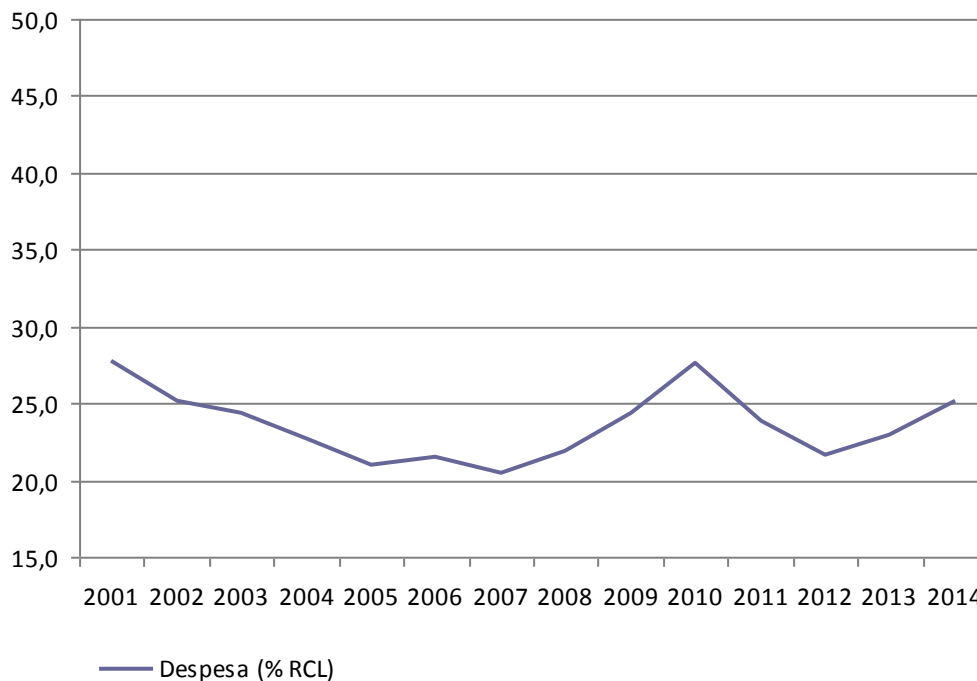
1 - A política de ajuste fiscal e contenção de gastos públicos aplicada pelo governo é contrária aos interesses da maioria da população, que, de forma direta e indireta, vem se manifestando em favor do fortalecimento e ganho de qualidade dos serviços públicos, o que exige tratá-los como investimento social;

2 - A política de austeridade atingirá a população mais desfavorecida, que necessita dos serviços públicos e causará impacto negativo o projeto de desenvolvimento nacional, que necessita de investimentos em ensino e pesquisa, fundamentais ao conhecimento da realidade e o planejamento de políticas públicas. Esta política também terá consequências nos setores de arrecadação e fiscalização, para diminuir os índices de sonegação e corrupção que diminuem o financiamento das ações estatais. A maioria destes setores encontra-se hoje com número elevado de servidores em condições de solicitar aposentadoria, o que não vem sendo acompanhado de uma política mais ostensiva de reposição de pessoal via concursos públicos, que permitiria um processo de transmissão do saber acumulado dos que saem para os novos servidores. Este problema precisa ser enfrentado adequadamente, o que não ocorrerá com o horizonte restritivo da política de contenção de gastos públicos;

3 - A meta do governo de diminuir os gastos com o funcionalismo em relação ao PIB é extremamente preocupante, na medida em que um funcionalismo com melhores condições de trabalho e salários proporcionaria maior qualidade do serviço público, um conhecimento mais amplo da realidade, maior arrecadação ao Estado e o controle de possíveis disfunções. Correto seria que a valorização dos servidores acompanhasse o crescimento do PIB. Pressupõe-se que o impulsos positivos na economia devam ser acompanhados pelo fortalecimento dos serviços públicos, e não o contrário. A meta do governo se torna ainda mais equivocada quando contraposta ao fato de que os salários do funcionalismo estão muito longe de atingir os 50% da

receita líquida permitidos pela legislação à União, conforme mostra o gráfico a seguir.

Despesa Total com Pessoal da União (% RCL)



Fonte: Secretaria do Tesouro Nacional (MF/STN)

4 - É extremamente preocupante que, diante da crise política vivenciada pelo governo, não se busque soluções que possam ir ao encontro do que a população brasileira indica desde 2013: serviços públicos de melhor qualidade.

5- Combater a corrupção pressupõe uma capacitação maior da máquina pública para controlar os contratos, licitações, bem como dar aos órgãos que o fazem (fiscalização, arrecadação, polícias) melhores condições de trabalho, maior capacidade operativa para que estas checagens e apurações sejam mais abrangentes e eficazes.

6 - As ruas também pedem saúde, educação e transporte público de qualidade, o que exige uma reestruturação da política de favorecimento à educação e saúde privadas e políticas de incentivo ao transporte público diante de um cenário de aquecimento global e a crise de mobilidade das cidades.

7 - A ciência e a tecnologia, associadas à educação pública de excelente qualidade em todos os níveis, são setores que precisam ser incrementados como estratégia de superação da dependência tecnológica do nosso país, o que serviria para contribuir com a política de industrialização de bens e serviços de alto valor agregado. Os recursos necessários aos institutos públicos de pesquisa, a

melhora de suas condições de trabalho e de pessoal são fundamentais para um projeto nacional autônomo.

8 – É preciso que a reposição de servidores por concursos públicos seja consubstanciada em uma política permanente de recursos humanos que combata a precarização das relações de trabalho através das terceirizações e o recurso ao uso massivo de contratação temporária em serviços de caráter contínuo. Serviços públicos mais eficazes e eficientes dependem da oferta de condições ótimas e estáveis de trabalho para que os servidores criem identidade forte com as missões institucionais dos diversos órgãos do Estado brasileiro.

Sobre as reivindicações

1 - Data base, política salarial permanente, direito à negociação coletiva

Assegurar as necessárias estabilidade e qualidade dos serviços públicos requer, por parte da administração pública, uma concepção de reposição permanente dos salários, que só pode ser estabelecida quando se reconhece e se aplica a data-base como parte da política de recursos humanos. Esta é uma dívida histórica com os servidores, que precisa ser debatida e encaminhada. Mesmo com a determinação constitucional, as sucessivas administrações não negociaram este ponto, o que dá ao servidor a visão de que o governo não o trata com o devido respeito, uma vez que direitos regulamentados na iniciativa privada não estão garantidos aos servidores públicos (data base, direito a negociação coletiva e todas as demais possibilidades legais).

Essa incerteza leva a uma constante instabilidade e a um aumento das situações de conflito com o governo em que cada categoria, através de sua força, organização e capacidade de mobilização buscam melhores condições, o que cada dia mais acirra as diferenças, defasagens e distinções de *status* entre servidores considerados de “primeira” ou “segunda” classe.

A data base, a política salarial, as diretrizes de planos de carreira deveriam ser as metas prioritárias desta administração e encaradas como planejamento necessário ao melhor andamento do serviço público.

2 – Índice linear de 27,3% e ajuste dos benefícios

O pedido de antemão rejeitado publicamente por V. Exa., de recomposição de 27,3% nos salários dos servidores públicos federais, é condição *sine qua non* para repor as perdas do poder aquisitivo da categoria. Ainda que V. Exa. tenha questionado que “a data escolhida influencia o cálculo”, reafirmamos que o pleito decorre de bases concretas e sólidas. Parte-se do último reajuste linear concedido aos SPF (agosto de 2010) - data-base para a construção do indicador - e prevê-se (tomando-se as estimativas do BACEN) uma inflação oficial acumulada pelo IPCA de 44% entre agosto de 2010 a julho de 2016. Desconta-se os 15,76% que foram incorporados aos salários dos servidores, em três parcelas (2013-2015), e chega-se aos 27,3%. Em ambiente de alta inflacionária, considerando-se o tempo que as negociações levarão para transcorrer, até transformar-se em projeto de lei e finalmente consolidar-se como reajustes nos salários, esse conjunto de questões precisa ser levado em consideração como parâmetro geral.

Quanto aos benefícios, estão congelados desde 2012, quando alcançaram o valor atual de R\$ 373. Além das perdas historicamente acumuladas, neste período o IPCA processou uma aceleração na inflação associada ao custo da alimentação fora do domicílio. Não é demais afirmar que os trabalhadores do Executivo não comem ou gastam menos com a escola dos filhos do que os dos demais poderes. Não se justifica, portanto, haver qualquer distinção. Assim, além do reajuste e da recuperação de perdas nos benefícios, a equiparação entre os três poderes é fundamental.

3 - Retirada do Congresso Nacional dos projetos que atacam os direitos dos servidores

Ao manifestar-se especificamente em relação às MP 664 e 665, V. Exa. afirmou não tratar-se de eliminação de direitos, e sim de “qualificação do acesso”. Pode-se tergiversar à vontade, mas é certo que as alterações restritivas propostas nas regras do Seguro Desemprego, Abono Salarial, Pensão por Morte, Auxílio Doença e Auxílio Reclusão, entre outros, causam impactos negativos consideráveis sobre a vida de milhões de brasileiros, privando justamente a parcela mais vulnerável da população de benefícios que hoje lhes são assegurados.

A lógica única por trás dessa proposta é o ajuste das contas públicas. Para tanto, o governo sequer sinaliza com alternativas para o financiamento do gasto social, tais como uma reforma tributária que taxe as grandes fortunas, entre outras ações capazes de caminhar no sentido da justiça tributária.

Certamente, as MP 664 e 665 são medidas que destoam do discurso do próprio governo de que sua finalidade seria a melhoria da distribuição de renda e a redução das desigualdades sociais. Contradizem ainda declarações que se compromissavam em não tocar nos direitos dos trabalhadores.

Ratificamos, portanto, nosso pleito de retirada dessas e de todas as medidas que atacam direitos conquistados.

Reafirmamos o conjunto da pauta protocolada junto a este Ministério, que inclui ainda: aprovação imediata dos projetos de interesse dos servidores; paridade salarial entre ativos e aposentados; isonomia salarial entre os poderes; aprovação da PEC 555/06; extinção do fator previdenciário; anulação da reforma da previdência realizada através de compra de votos; incorporação de todas as gratificações produtivistas; fim da terceirização no serviço público federal; concursos públicos pelo RJU; combate às privatizações; aprovação do PL 4434; regulamentação da jornada de trabalho de 30h para o serviço público, sem redução salarial; liberação de dirigentes sindicais com ônus para o Estado; revogação do FUNPRESP e da EBSERH.

Lembramos ainda a importância de garantir o efetivo funcionamento de manter uma mesa geral de negociações para o debate da pauta unificada dos servidores, além do tratamento das situações específicas.

Diante do exposto, apresentamos a seguinte proposta de calendário de negociações:

1 - Marcação da mesa central de negociações para o dia 27 de março, com o Fórum dos Servidores

Públicos Federais para discutir a pauta geral de reivindicações;

2 - Alteração no cronograma de negociações apresentado:

a) Até o final de março: prazo para que as entidades entreguem suas pautas específicas;

b) Abril e maio: período para que o governo atenda as categorias para negociações específicas e realize os necessários estudos técnicos e de impactos;

c) Junho: prazo final para o encaminhamento dos resultados das negociações.